



EMASCULAÇÃO SIMBÓLICA: A LEITURA SOCIAL DA MASCULINIDADE DOCENTE NA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Erik Ewerton José da Silva¹, Eliã César Bernadino de Oliveira²

¹ Aluno do Curso de Pós-graduação em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional – FAST

² Aluno do Curso de Pós-graduação em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional – FAST

³ Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia – FAST

erikwerton@gmail.com, eliacesarbdo@gmail.com e cicilia_gabriela@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar os efeitos produzidos pelas construções socioculturais de gênero, no que concerne a atuação masculina na Docência da Primeira Infância, tomando como eixos teóricos as contribuições de Scott (1998) acerca do gênero enquanto organização social da diferença sexual, de Grossi (2013) quanto à sua dimensão histórico-cultural, e de Moscovici (2004) no que concerne às representações sociais como sistemas simbólicos reguladores das práticas e percepções sociais. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem quali-quantitativa (Creswell, 2007), de caráter bibliográfico e analítico-interpretativo, articulando a revisão crítica da literatura com a análise de dados estatísticos provenientes do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2024). Os resultados indicam que a docência na Educação Infantil (EI) permanece socialmente associada a atributos culturalmente construídos como femininos (Rosa, 2011), o que produz recorrentes processos de estranhamento, suspeição e deslegitimação simbólica da presença masculina. Para a apreensão desses processos, recorre-se à noção de emasculação simbólica enquanto categoria analítica de caráter interpretativo, construída a partir da articulação entre os referenciais de gênero e de representações sociais mobilizados no estudo. Conclui-se que tal categoria permite evidenciar os mecanismos socioculturais por meio dos quais determinadas práticas docentes são simbolicamente dissociadas dos modelos hegemônicos de masculinidade, produzindo efeitos sobre a inserção, a permanência e o reconhecimento social dos homens na docência da Educação Infantil.

Palavras-chave: Gênero. Representações. Masculinidade.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil (EI), enquanto primeira etapa da educação básica (DCNEI, 2009), é compreendida, à luz da perspectiva interpretativa deste estudo, como um espaço formativo de elevada relevância para o desenvolvimento integral da criança, desempenhando papel estruturante nos processos iniciais de socialização, na constituição das subjetividades e na formação das identidades sociais. Nesse contexto, as práticas educativas desenvolvidas nessa etapa encontram-se fortemente relacionadas às dimensões indissociáveis do Educar/Cuidar/Brincar (RCNEI 1998), aspectos considerados fundamentais para o atendimento das especificidades da primeira infância.

Com base no entendimento sociocultural, e político-educacional, descrito, a EI foi, ao

longo de seu processo histórico de institucionalização, sendo configurada como um espaço fortemente associado às práticas de cuidado, à afetividade e à proteção. Tais atributos, culturalmente construídos e frequentemente vinculados de forma sexista ao universo feminino, contribuíram para a consolidação da expressiva feminização profissional que caracteriza essa etapa da educação básica.

No conjunto do corpo docente que atua, 96,1% são mulheres, ao passo que apenas 3,9% correspondem a profissionais do gênero masculino, evidenciando a hegemonia do gênero (feminização) que caracteriza essa etapa (Brasil, 2024). Tal panorama não se limita a uma distribuição quantitativa dos sujeitos que nela atuam, mas reflete e reproduz concepções socioculturais acerca dos papéis de gênero e das expectativas socialmente construídas sobre homens e mulheres

A atuação/permanência de homens nesse espaço desafia modelos normativos de gênero historicamente consolidados, sobretudo aqueles associados à masculinidade hegemônica (Connell, 1999), que tendem a vincular o masculino à racionalidade, à autoridade e ao distanciamento afetivo, em oposição às práticas de cuidado e expressividade emocional atribuídas ao feminino. Tais tensões revelam que a docência na primeira infância não é um território neutro, mas um campo atravessado por disputas simbólicas, hierarquias de gênero e “regimes normativos” que regulam identidades e práticas profissionais.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar os efeitos simbólicos das construções socioculturais de gênero sobre a docência masculina na EI, articulando as noções de gênero enquanto construção social, de representações sociais como sistemas simbólicos organizadores da realidade e da masculinidade hegemônica como padrão normativo das identidades masculinas. A investigação busca compreender como tais dispositivos produzem sentidos que associam o cuidado e a docência infantil ao universo feminino, ao mesmo tempo em que tencionam e problematizam a legitimidade da presença masculina nesse campo profissional.

Afim de efetivar esta análise, o percurso metodológico adotado neste estudo ancora-se na abordagem de pesquisa quali-quantitativa, também denominada na literatura como “métodos mistos, abordagem quanti-qualitativa ou estudos triangulados”. Conforme assinala Creswell (2007), os métodos mistos consistem na integração sistemática de procedimentos de coleta e análise de dados de natureza qualitativa e quantitativa, de modo a potencializar as possibilidades interpretativas da pesquisa e ampliar a robustez analítica dos resultados produzidos.

O viés qualitativo, buscará compreender os significados, representações e construções socioculturais que incidem sobre a presença masculina na docência da Educação Infantil, dedicando-se à interpretação dos processos sociais e dos sentidos atribuídos às práticas e experiências que constituem

a realidade do fenômeno explorado. Por sua vez, o viés quantitativo tem como finalidade mensurar, organizar e sistematizar dados objetivos relacionados à configuração da docência nessa etapa da educação básica, especialmente a partir de informações estatísticas provenientes de bases institucionais, como o Censo Escolar. Tal dimensão possibilita evidenciar a distribuição numérica de docentes por sexo, identificar padrões e tendências no campo educacional e oferecer suporte empírico às análises qualitativas desenvolvidas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e fundamentada do fenômeno investigado.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, o estudo assume caráter **bibliográfico**, fundamentando-se na revisão e análise crítica da literatura especializada no campo dos estudos de gênero e das representações sociais e da sociologia da educação. Conforme Gil (2019), e Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de materiais previamente elaborados, como livros, artigos científicos e produções acadêmicas, possibilitando a sistematização e interpretação de diferentes perspectivas teóricas sobre o fenômeno investigado.

A análise dos referenciais teóricos e dos dados mobilizados orienta-se por uma perspectiva analítico-interpretativa, própria das investigações nas Ciências Humanas, que busca compreender criticamente os fenômenos sociais a partir da articulação entre categorias teóricas e contextos históricos e culturais específicos (Severino, 2017; Lüdke; André, 1986). Nesse horizonte interpretativo, mobiliza-se a noção da “emasculação simbólica” como operador analítico destinado a compreender os processos socioculturais mediante os quais a presença masculina na docência da Educação Infantil é atravessada por tensões identitárias e por mecanismos alusivos de deslegitimação em um campo profissional historicamente feminizado.

Por fim, ao problematizar a naturalização da feminização da Educação Infantil (EI) e ao evidenciar os mecanismos simbólicos que regulam a inserção masculina nesse espaço, o presente trabalho busca contribuir para o aprofundamento das discussões sobre gênero e docência, bem como para a ampliação do debate acerca da diversidade de identidades no interior da educação básica, tencionando concepções tradicionais e abrindo espaço para novas formas de compreensão das relações entre gênero, trabalho educativo e socialização infantil.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A PRODUÇÃO SOCIOCULTURAL DO GÊNERO E OS SISTEMAS SIMBÓLICOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

No âmbito de sua elaboração conceitual, Scott (1998, p. 15) define gênero como “[...] a organização social da diferença sexual”. A concepção indica que a sociedade toma como ponto

de partida as distinções biológicas entre homens e mulheres (características anatômicas, genéticas e fisiológicas), isto é, os corpos sexados, para construir normas, papéis e expectativas sociais. Nessa perspectiva, o gênero não corresponde à diferença corporal dos sujeitos, mas ao conjunto de interpretações culturais que incidem sobre ela.

Não é tão somente o corpo, enquanto diferença sexual, que determina os “papéis sociais”, mas a leitura social e histórica que dele se produz. O gênero, portanto, é compreendido como uma categoria sociocultural e histórica que organiza, hierarquiza e atribui significados às diferenças sexuais, regulando comportamentos, identidades e relações sociais entre homens e mulheres (Grossi, 2013).

As relações de gênero constituem um princípio estruturante da vida social, repercutindo de modo significativo nos âmbitos da organização familiar, das instituições educacionais, do mundo do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007), das relações políticas, das dinâmicas econômicas e das produções culturais e simbólicas, incidindo diretamente sobre os processos de socialização e sobre a “distribuição social” dos papéis atribuídos aos indivíduos.

Frente a esta análise, torna-se necessário compreender os dispositivos estruturais pelos quais tais normas e expectativas de gênero são produzidas, compartilhadas e naturalizadas socialmente. É nesse horizonte interpretativo que se articula a noção de representações sociais. Tal conceituação, conforme explicitada por Moscovici (2004), evidencia a existência de sistemas simbólicos constituídos por valores, ideias e práticas socialmente partilhados e historicamente naturalizados, por meio dos quais os sujeitos apreendem, interpretam e produzem sentidos acerca da realidade social.

Essas representações exercem, no âmbito de sua função primeira, um viés “organizador” e “explicativo”. Isto é realizado na medida em que classificam objetos, pessoas e acontecimentos, transformando o que é inicialmente estranho ou desconhecido em algo familiar e inteligível, fornecendo modelos de interpretação da realidade, permitindo aos indivíduos orientar-se no mundo social e nele se situar (Moscovici, 2004).

A fim de explicitar, em termos analíticos, a incidência desse processo sobre o objeto da presente investigação, toma-se como referência a presença masculina no campo da docência da Educação Infantil (EI). A atuação nesta etapa suscita arranjos historicamente instituídos e consolidados no imaginário/inconsciente da sociedade, seja em virtude dos processos sócio-históricos de idealização da docência infantil como atributo do feminino (Rosa, 2011), seja em razão dos temores socialmente construídos em torno da presença masculina nesse espaço

(Sayão, 2005). Tais apreensões encontram respaldo na própria configuração empírica do campo educacional contemporâneo, que evidencia a persistente feminização dessa etapa.

Dados oficiais divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com base nos macrodados do Censo Escolar (Brasil, 2024), indicam que a Educação Infantil congrega aproximadamente 687 mil docentes, configurando-se como a etapa da educação básica com o maior percentual de professoras, “trata-se da etapa de ensino com o maior número de docentes do sexo feminino, com 96,1% (97,1% na creche e 93,9% na pré-escola).” (Brasil, 2024, p. 44).

Diante disso, os sujeitos mobilizam matrizes simbólicas previamente sedimentadas com o objetivo de reduzir a estranheza do fenômeno e reinscrevê-lo em um horizonte de inteligibilidade social. São acionados esquemas interpretativos que associam o cuidado e a docência na primeira infância ao feminino, ao mesmo tempo em que vinculam o masculino à racionalidade, à rigidez e ao distanciamento afetivo (Sayão, 2005), postulando, uma suposta incongruência entre identidades masculinas e práticas educativas voltadas a esse público.

Tais construções simbólicas não se limitam a explicar a realidade observada, mas operam como dispositivos normativos que orientam percepções, estruturam expectativas e regulam condutas, contribuindo para a reprodução de hierarquias de gênero e para a produção de sentidos que tencionam ou deslegitimam a presença masculina nesse campo profissional.

Em segundo lugar, as representações sociais desempenham uma função “normativa/prescritiva”, pois não apenas explicam a realidade, mas também orientam condutas e estabelecem padrões do que é considerado aceitável ou desviante (Moscovici, 2004). Nessa perspectiva, pode-se inferir que a presença de homens na docência da EI tende a ser alvo de estranhamento e vigilância, ao passo que meninos são desencorajados socialmente, e tradicionalmente, a expressar emoções ou a engajar-se em brincadeiras associadas ao cuidado, uma vez que tais comportamentos contrariam expectativas socialmente construídas sobre a masculinidade. Assim, as representações sociais atuam simultaneamente como mecanismos de produção de sentido e de regulação social, influenciando tanto a forma como os sujeitos compreendem o mundo quanto a maneira como nele se posicionam.

2.1 A NOÇÃO DE EMASCULAÇÃO SIMBÓLICA COMO OPERADOR ANALÍTICO DA DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (EI)

À luz das discussões precedentes acerca do gênero enquanto construção sociocultural (Grossi, 2013) e das representações sociais (Moscovici, 2004), que organizam e normatizam as diferenças sexuais, torna-se possível avançar na análise dos efeitos simbólicos que tais

dispositivos produzem sobre os sujeitos masculinos inseridos na docência da EI. Se, por um lado, esse campo profissional, conforme já assinalado, encontra-se historicamente marcado pela feminização e pela associação a atributos culturalmente construídos como femininos, por outro, a inserção de homens nesse espaço é frequentemente atravessada por processos de estranhamento, suspeição e deslegitimação simbólica (Silva; Lage, 2021).

Tais processos podem ser compreendidos à luz da noção de masculinidade hegemônica, uma vez que a prática laboral nesta etapa tenciona modelos normativos de masculinidade socialmente valorizados, historicamente associados à racionalidade, à autoridade e ao distanciamento afetivo (Connell, 1999).

Esse dispositivo simbólico de regulação social opera como padrão normativo das práticas e identidades masculinas, estabelecendo hierarquias simbólicas que desqualificam formas dissidentes de expressão do masculino. A presença de homens em um espaço socialmente codificado como feminino produz fraturas nos regimes tradicionais de gênero, expondo-os a mecanismos sutis de controle, vigilância e questionamento de sua legitimidade.

É nesse horizonte analítico que se justifica a mobilização da noção de “Emasculação Simbólica” como categoria interpretativa voltada à apreensão dos processos pelos quais determinadas práticas profissionais são simbolicamente dissociadas da masculinidade hegemônica, engendrando efeitos de desvalorização, instabilidade identitária e limitação do reconhecimento social.

Importa salientar que tal noção, formulada neste estudo como ferramenta crítico-analítica, não se refere a qualquer forma de mutilação material ou biológica da masculinidade (supressão do órgão genital), mas a um processo de natureza eminentemente sociocultural e discursiva, ancorado nas representações de gênero historicamente produzidas.

A formulação teórica da terminologia “Emasculação Simbólica” permite assimilar e compreender esse fenômeno como um mecanismo de regulação identitária que opera por meio da reprodução de tensões entre as exigências profissionais do trabalho pedagógico e os modelos hegemônicos de masculinidade socialmente valorizados. Desse modo, ao mesmo tempo em que se espera desses sujeitos a incorporação de práticas relacionadas ao cuidado e à expressividade afetiva, tais condutas são frequentemente interpretadas como destoantes das normas que definem o que é reconhecido como masculino.

Configura-se, assim, um processo de desqualificação simbólica

que incide tanto sobre as percepções sociais dirigidas a esses docentes quanto sobre os modos pelos quais constroem sua experiência profissional e elaboram sua identidade de gênero no interior desse campo educativo.

Tal conceituação pode ser definida, no plano analítico, como um processo sociocultural por meio do qual a masculinidade de determinados sujeitos é simbolicamente diminuída, negada ou desvalorizada em contextos específicos. No caso da Educação Infantil, tal processo manifesta-se na forma como homens que atuam como professores, cuidadores ou estagiários da docência infantil têm sua identidade masculina tencionada e questionada no campo das representações sociais, das expectativas socioculturais e das disposições normativas coletivamente construídas, e que, portanto, são anteriores aos próprios sujeitos.

Trata-se, portanto, de um mecanismo de deslegitimação simbólica que emerge em um campo historicamente feminizado, no qual a docência com crianças pequenas e bem pequenas foi associada ao universo feminino e às práticas de cuidado maternal. Nesse cenário, a presença masculina tende a ser atravessada por processos de vigilância, desconfiança e estranhamento social, que operam como dispositivos de regulação das identidades de gênero.

Assim, a emasculação simbólica constitui-se como um operador analítico capaz de evidenciar como a inserção masculina é atravessada por relações de poder, por hierarquias de gênero e por regimes normativos que limitam o reconhecimento social desses sujeitos, produzindo formas sutis de exclusão, instabilidade identitária e questionamento permanente de sua legitimidade profissional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos referenciais teóricos mobilizados ao longo desta investigação, infere-se que a docência masculina na Educação Infantil (EI) foi inscrita em uma conjuntura permeada por tensões simbólicas, configuradas por regimes normativos de gênero historicamente sedimentados. O gênero, enquanto construção sociocultural (Grossi, 2013), e as representações sociais (Moscovici, 2004), operantes simbólicas de “organização da realidade”, operam de forma convergente na produção de sentidos associam o Educar/Cuidar/Brincar (DCNEI, 2009), práticas indissociáveis da EI, ao universo feminino (Rosa, 2011), ao passo que vinculam o masculino a atributos como racionalidade, autoridade e distanciamento afetivo.

Tal configuração contribui para a persistente feminização desta etapa educacional (96,1% do contingente de atuação é feminino) e para a produção de estranhamento, suspeição e deslegitimação simbólica da presença masculina nesse espaço profissional (Sayão, 2005). Nesta ótica, a mobilização da noção de masculinidade hegemônica (Connell, 1999) permitiu compreender como modelos normativos de gênero funcionam como dispositivos reguladores das identidades masculinas, estabelecendo hierarquias simbólicas que desqualificam práticas consideradas dissidentes.

A proposição do operador analítico denominado “Emasculação Simbólica” constitui um dispositivo conceitual de cunho crítico-interpretativo, voltado à compreensão dos mecanismos simbólicos mediante os quais a inserção/permanência masculina na docência da EI é produzida como objeto de suspeição, desqualificação e deslegitimação social, sendo inscrita em regimes normativos de gênero que regulam, hierarquizam e constroem a expressão das identidades masculinas nesse espaço historicamente feminizado.

De forma objetiva, a “Emasculação Simbólica”, não configura-se apenas como mediação conceitual que orienta a leitura do objeto de estudo, mas como lógica interpretativa da realidade social, pode ser compreendida como o processo pelo qual determinadas práticas profissionais são simbólicas e discursivamente dissociadas da dita “masculinidade hegemônica”, engendrando efeitos de desqualificação identitária, instabilidade subjetiva e restrição do reconhecimento social dos sujeitos masculinos que as exercem. Trata-se, portanto, de um mecanismo de regulação das identidades de gênero que opera por meio da negação simbólica da masculinidade em espaços socialmente codificados como femininos.

Conclui-se, portanto, que a inserção masculina nesse campo não pode ser compreendida apenas como uma questão de escolha profissional individual, mas como um fenômeno atravessado por relações de poder, por hierarquias de gênero e por dispositivos simbólicos que regulam o que é considerado legítimo ou desviante. Ao evidenciar esses mecanismos, o estudo contribui para problematizar a naturalização da feminização da EI e para ampliar o debate acerca da diversidade de identidades de gênero no interior da educação básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2025. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 7 fev. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2296-cne-resolucao005-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. v. 1, Introdução. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_voll.pdf. Acesso em: 8 mar. 2026.

CONNELL, R. W. *Masculinidades*. Tradução de Heloisa J. Pinto. Rio de Janeiro: Palavra Feminina, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/525531851/Masculinidades-R-Connell>. Acesso em: 23 fev. 2026.

GROSSI, P. M. **Identidade de gênero e sexualidade**. Disponível em: <https://mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-dasmulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/grossimiriam.pdf > Acesso em: 24 de fev. de 2026.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2026.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/area-restrita/Ludke_Andre-Pesquisa_Educaca_abordagens_qualitativas.pdf. Acesso em: 8 mar. 2026.

ROSA, Renata Vidica Marques da. **Feminização do magistério: representações e espaço docente**. Revista Pandora Brasil, edição especial n. 4 – "Cultura e materialidade escolar", 2011. Disponível em: https://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/materialidade/renata.pdf. Acesso em: 8 fev. 2026.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Marciano Antonio da; LAGE, Allene Carvalho; SANTANA, José Diêgo Leite. **Um corpo estranho na Educação Infantil: um referencial teórico sobre a docência masculina**. In: DIREITOS HUMANOS NA CONTEMPORANEIDADE: PROBLEMAS E EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA - VOLUME 2. [S.l.]: Editora Científica, 2021. p. 272-279. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/210805920>. Acesso em: 12 mar. 2026.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/71721/40667>. Acesso em: 23 mar. 2026.

SAYÃO, Débora Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil**: um estudo de professores em creche. 2005. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://cev.org.br/media/biblioteca/4027539.pdf>. Acesso em: 23 de jan. 2025.